



CONTRATO Nº 035/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA SOLUMINAR SERVICE EIRELI, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL, DO TIPO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO- NÚCLEO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com sede na Rua 02, esquina com a Rua C, Setor A, s/nº, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT – CEP: 78.049-050, inscrita no CNPJ sob o nº 02.528.193/0001-83, neste ato representado pelo Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, **Dr. ROGÉRIO BORGES FREITAS**, nomeado pelo ATO Nº. 001/2019, de 03 de janeiro de 2019, publicado no DOE de 03 de janeiro de 2019, inscrito no CPF/MF nº 831.989.031-49, portador da cédula de identidade RG nº 997800 - SSP/MS, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SOLUMINAR SERVICE EIRELI**, localizada à Rua RI Nº08, Quadra 64, Lote 36, Bairro Residencial Itaipu, CEP 74.356-052 Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob nº 31.315.082/0001-97, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **FABIANO DE SOUSA NETO**, portador(a) do RG 4448700 PCI/GO e CPF nº 002.588.371-28, considerando a autorização para a aquisição de que trata **Processo nº7533 /2021**, Parecer Jurídico nº 180/2020, decorrente do *Pregão Eletrônico nº 29/2020.*, *Ata de Registro de Preços nº 37/2020*, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de infraestrutura predial, do tipo preventiva e corretiva, bem como pequenas reformas, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviço e insumos constantes da tabela SINAPI, para atender a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso- **Núcleo de Chapada dos Guimarães**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade Pregão Eletrônico registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Estadual no 840/2017, bem como assinada e publicada a Ata de Registro de Preços nº 37/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

3.1. O gerenciamento do contrato caberá a Gerência de Contratos da Coordenadoria de Aquisições e Contratos, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência à contratada (art. 67 da Lei 8.666/93).



CLÁUSULA QUARTA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

4.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas no Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual no 840/2017 Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 10.406/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações ulteriores e, supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. Este instrumento vigorará, por 05 (cinco) meses, contados a partir de sua respectiva assinatura, tendo eficácia legal após a publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, QUANTIDADES E REAJUSTES

6.1. O valor total do presente contrato é de R\$93.086,32 (noventa e tres mil oitenta e seis reais e trinta e dois centavos).

IT E M	POL O	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇO	VALOR CONTRATUAL (SEM DESCONTO)	PERCENTU AL DE DESCONTO (%)	VALOR CONTRATUAL
1	4207	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL – DO TIPO PREVENTIVA E CORRETIVA – COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM MAIOR DESCONTO A SER APLICADO NA FORMA ESTABELECIDADA EM PLANILHAS DE SERVIÇO E INSUMOS. CENTRO SUL Detalhamento: Serviço de manutenção de infraestrutura predial – do tipo preventiva e corretiva – com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com maior desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviço e insumos constantes da tabela SINAPI.CIDADES – CENTRO SUL: Acorizal, Alto Paraguai, Arenápolis, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Denise, Diamantino, Jangada, Mirassol D'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do	R\$ 111.161,12	16,26%	R\$ 93.086,32



		Livramento, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Poconé, Porto Estrela, Rosário Oeste, Santo Afonso, Santo Antônio de Leverger, Tangará da Serra.			
--	--	---	--	--	--

6.2. O valor do **CONTRATO** poderá ser reajustado utilizando-se os índices da construção civil, conforme os custos registrados com periodicidade mensal na SINAPI.

6.3. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, ou o mais vantajoso à Administração;

6.4. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, nos termos do 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento contratual.

6.4.1. O critério de reajuste, quando couber, deverá retratar a variação efetiva de custo de produção, admitidas a adoção de índices específicos ou setoriais que reflitam na variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta até a data de adimplimento de cada parcela.

6.5. Outras formas de reequilíbrio econômico-financeiro serão regidas pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. Os serviços serão executados, no período e locais indicados por esta Instituição (conforme a região dos itens). As necessidades dos serviços serão levantadas “*in loco*” por um membro da Coordenadoria de Infraestrutura Física da Defensoria Pública, juntamente com a empresa contratada, sempre que possível. Após o levantamento, os serviços deverão ser planilhados por esta Instituição, de acordo com os itens disponíveis na tabela SINAPI vigente do Estado de Mato Grosso, estabelecida para o mês corrente da solicitação.

7.2. Na ausência de itens na tabela SINAPI vigente, deverão ser realizadas composições com ao menos 03 (três) cotações dos itens, visando à definição do seu preço global.

7.3. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pela Defensoria Pública, através da “Ordem de Serviço – OS”.

7.4. A empresa deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, sendo a execução da obra por um período de **60 (sessenta) dias**.

7.5. Anterior à liberação da Ordem de Serviço, deverão ser observados, obrigatoriamente, a emissão dos seguintes documentos:

7.5.1. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na planilha SINAPI;

7.5.2. Planilha com as composições analíticas de fontes não encontrados na tabela SINAPI, se for o caso;

7.5.3. Projeto Arquitetônico ou complementares, se for o caso;

7.5.4. Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos, se for o caso;

7.5.5. Cronograma físico e cronograma físico-financeiro, se for o caso;

7.5.6. Manifestação formal da empresa quanto a sua concordância com o prazo especificado no cronograma físico-financeiro, ou apresentação das justificativas para a alteração do mesmo. A manifestação deverá ser realizada em um prazo de até 3(três) dias úteis, a contar da data de encaminhamento das planilhas e cronograma pela Coordenadoria de Infraestrutura Física;



- 7.5.7. Termo contratual, se for o caso;
- 7.5.8. Recolhimento e pagamento de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, pela empresa contratada, caso seja solicitado pela fiscalização.
- 7.6. Os prazos para término dos serviços estarão vinculados ao cronograma de execução fornecido pelo contratante, devendo ainda, ser iniciado após o recebimento da Ordem de Serviço, a qual será emitida somente após a aprovação dos custos e quantitativos, com o devido valor empenhado e termo contratual celebrado para o respectivo item, se for o caso.
- 7.7. Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre a Empresa e a Defensoria Pública, e constará na Ordem de Serviço, uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação da estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nos Núcleos, dentre outros.
- 7.8. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 7.9. Consideran-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.
- 7.10. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo por um servidor da Coordenadoria de Infraestrutura Física.
- 7.11. Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.
- 7.12. Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.
- 7.13. Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço corretivo a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.
- 7.14. A Contratada deverá fazer a movimentação e eventuais desmontagens e remontagens de móveis e equipamentos, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos, além de protegê-los com manta plástica.
- 7.15. A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local.
- 7.16. A empresa contratada terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados, dando a destinação correta para os resíduos, conforme legislação local.
- 7.17. Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações do relatório, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.
- 7.18. O regime de execução do objeto será indireto por preço unitário.



CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 8.1. A garantia dos serviços deverá cobrir material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou erro de instalação. Durante o período de vigência da garantia, o produto deverá ser reparado ou a peça substituída sem ônus para a Instituição.
- 8.2. Quando se tratar de algum pequeno reparo ou substituição de materiais a garantia deverá ser de 01 (um) ano.
- 8.3. Quando se tratar de uma reforma, a garantia deverá ser de 05 (cinco) anos, conforme termo contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Elemento de despesa: 39
Dotação Orçamentária: 10101.0001.03.122.036.2005.9900.339000000.100.8.1

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 10.1. A empresa contratada prestará garantia no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da devida notificação pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em percentual equivalente a **2% (dois por cento) sobre o valor do contrato**, podendo optar por quaisquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.
- 10.2. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 824 e 835 do Código Civil;
- 10.3. Os depósitos para garantia das obrigações decorrentes da execução do contrato, quando em dinheiro, serão obrigatoriamente efetuados mediante abertura de conta corrente no banco do Brasil, vinculando-a ao contrato. Sendo que este documento deverá ser entregue no ato da assinatura. No caso da empresa optar por outra forma de garantia, o documento será entregue na Defensoria Pública, que encarregará de enviá-lo para a Coordenadoria de Orçamentos, Finanças e Contabilidade para registro e guarda;
- 10.4. No caso da empresa contratada optar pela apresentação do seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusula de “cancelamento” e, ainda da previsão expressa de cobertura de multas contratuais;
- 10.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando verificada que não existam pendências junta à Administração e outros encargos;
- 10.6. A Defensoria Pública poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à consignatária, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste, a empresa contratada se compromete a:
- 11.1.1. Assinar o contrato no prazo, máximo, de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;
- 11.1.2. Dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a cada um dos Polos, pois poderão ser expedidas Ordens de Serviços visando atender os dois Pólos simultaneamente.
- 11.1.3. Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao



serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

11.1.4. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;

11.1.5. Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;

11.1.6. A empresa deve manter seu pessoal uniformizado, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;

11.1.6. Os funcionários que não estiverem uniformizados serão proibidos pelos Fiscais de execução de adentrar ao Prédio para executar os serviços, e a empresa sofrerá as sanções que dispõe a Lei 8.666/93;

Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

11.1.7. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;

11.1.8. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da DPE-MT, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da DPE-MT;

11.1.10. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/prestação do serviço;

11.1.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;

11.1.18. A inexecução de qualquer serviço que incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste instrumento e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

11.1.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelos fiscais de contrato;

11.1.20. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

11.1.15. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, a DPE-MT cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;

11.1.20. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximirá a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

11.1.21. Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);

11.1.18. Manter contato com a contratante sobre quaisquer assuntos relativos aos serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;



- 11.1.19.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;
- 11.1.20.** Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;
- 11.1.21.** Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;
- 11.1.22.** Executar a prestação, de acordo com a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, edital e

anexos, ARP e deste contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

- 11.1.23.** Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contrato, e ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;
- 11.1.24.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;
- 11.1.25.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto/prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;
- 11.1.26.** Os preços ofertados pela empresa deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);
- 11.1.27.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposos praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;
- 11.1.28.** Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- 11.1.29.** Executar o serviço dentro do estimado na tabela constante neste instrumento;
- 11.1.30.** Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.1.31.** Os serviços a serem contratados deverão ser prestados no local indicado pela DPE-MT.
- 11.1.32.** A contratada deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 840/2017, além de outras legislações pertinentes.
- 11.1.33.** A contratada, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879, de 07 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obra e serviços pelo Estado de Mato Grosso DEVERÁ disponibilizar, na execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas com o auxílio do cadastro mantido pela Fundação Nova Chance (FUNAC) na seguinte proporção:
 - 11.1.33.1.** até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa;



- 11.1.33.2. de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;
- 11.1.33.3. de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento).
- 11.1.34. A contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada.
- 11.1.35. A contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa.
- 11.1.36. De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, às contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.
- 11.1.37. Deverá, no que couber, adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:
- 12.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações a serem contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da empresa contratada nas dependências da Defensoria Pública;
- 12.1.2. Permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;
- 12.1.3. Notificar a empresa contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/prestação de serviço;
- 12.1.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 12.1.5. Receber os serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;
- 12.2. Recusar os bens/serviços devolvê-los nas seguintes hipóteses:
- 12.2.1. Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 12.2.2. Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo;
- 12.2.3. Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.
- 12.3. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto n.º 840/2017, bem como o Decreto 8.199/2006, após o recebimento definitivo dos produtos/serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até o 30º (trigésimo) dia, desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da contratante.
- 12.4. Exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiver sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.



CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da Contratada.

13.2. Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente.

13.3. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente instrumento, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 10 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

13.4. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 15 (quinze) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente instrumento, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 15 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da contratação, conforme o Art.72, da Lei 8666/1993, desde que não superem 30% do valor total do serviço solicitado.

14.2. Para a subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas neste instrumento e atendidos os seguintes requisitos:

- e) Informação prévia à Fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha;
- f) Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à Fiscalização.

14.3. A Contratada, independente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda, perante a Contratante, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.

14.4. A Fiscalização, após analisar a solicitação da contratada referente à subcontratação parcial, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da solicitação, podendo solicitar outros documentos além dos apresentados, ou os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a contratada atender à solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias:

15.1.1. Após o término do serviço, será verificada a conformidade quantitativa e qualitativa do serviço, e



após o recebimento definitivo por esta Instituição, deverá ser emitida a Nota Fiscal dos serviços para atesto do fiscal e posterior pagamento.

15.1.2. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias:

15.1.2.1. O cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente seguido. Serão realizadas medições mensais dos serviços, para tanto, a fiscalização deverá elaborar a planilha de medição, após solicitação formal da empresa, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período. Após fechada a planilha é apresentada à Contratada, esta deverá emitir Nota Fiscal que será atestada pelo fiscal do Contrato e posterior pagamento.

15.1.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.

15.1.4. Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento a partir da sua reapresentação.

15.1.5. Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Ordem de Serviço.

15.1.6. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste instrumento, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções.

15.1.7. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a contratada pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

15.1.8. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

15.1.9. A Nota Fiscal deverá ser protocolada junto à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso até 10º dia útil após a prestação dos serviços, cujo pagamento será realizado em até o **30 (trinta) dias, desde que** devidamente atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento e pelo servidor designado para esse fim, com o respectivo comprovante de que a prestação do serviço foi realizada a contento. Serão feitos descontos dos impostos devidos;

15.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

15.3. A documentação de cobrança não aceita pela contratante será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

15.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

15.5. A contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

15.6. Junto às Notas Fiscais a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do



art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

15.7. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

15.8. A critério da contratante, os créditos existentes em favor da contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

15.9. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 15.6 e 15.7 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

15.10. A contratante, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

15.10.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

15.10.2. Existência de débito da contratada para a contratante, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

15.10.3. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a contratada atender cláusula infringida;

15.10.4. Paralisação dos serviços por culpa da contratada.

15.11. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:

15.11.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

15.11.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLAUSULA DECIMA SEXTA – DAS GLOSAS

16.1 A DPMT poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à CONTRATADA, nas seguintes hipóteses:

e) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

f) Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

16.2 As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, mês da prestação dos serviços, valor recursado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da DPMT. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

16.3 Na hipótese de silêncio ou inércia da CONTRATADA quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

16.4 A DPMT terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à CONTRATADA, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os



devidos acertos, se for o caso.

16.5 A DPMT poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

16.6 Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

17.1. A fiscalização será exercida por um representante da Defensoria Pública, designado pelo Órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência ao contratante (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

17.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Defensoria Pública ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

18.1. O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº 8.666/93, atualizada;

18.3. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à Contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

18.4. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

18.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Contratante, previstas no presente Contrato e comprovadamente realizadas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento sujeitará às penalidades previstas na Lei Nº 8.666/93 e da Lei Nº 10.520/02, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;

19.2. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste documento e no edital, sujeita às penalidades condicionará a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

19.3. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

a) Atraso até 3 (três) dias úteis, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 4º dia útil até o limite do 5º dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º dia útil de atraso.

19.4. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

c) Atraso até 03 (três) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

d) A partir do 4º (quarto) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento),



caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso;

19.5. O descumprimento injustificado das condições estabelecidas no cronograma de cada serviço estará sujeito às penalidades e condicionará a contratada às multas:

19.5.1. Quanto ao atraso no início de cada serviço:

e) Atraso de até 03 (três) dias úteis no início do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

f) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

g) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

19.5.2. Quanto ao atraso para finalizar o serviço:

h) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

i) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

j) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

19.5.3. Quanto ao atraso para entrega de ART/RRT paga, quando solicitado pela Coordenadoria de Infraestrutura Física:

l) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega da ART/RRT recolhida e paga, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

m) A partir do 4º dia útil até o 10º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviços emitidas para o serviço.

19.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a DPE-MT poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por Ordens de Serviços – O.S. emitidas.

19.7. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

n) Multa de até 10% sobre o valor a contratado;

o) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com Órgãos/Entidades por prazo de até 02 anos;

p) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.8. A contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Poder Judiciário pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de outras penalidades correspondente na forma da lei;

19.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor



a receber da DPE-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão/Entidade competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a DPE-MT proceder à cobrança judicial da multa;

As multas previstas nesta seção não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a DPE-MT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ANTICORRUPÇÃO

20.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

21.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

22.1. Vincula-se a este Contrato o *Edital de Pregão nº 29/2020*, termo de referência, e a *Ata de Registro de Preços nº 37/2020* respeitando o Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 10.406/02, Decreto Federal nº 10.024/19, e dos Decretos Estaduais no 840/2017 e 8.199/2006.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 10 de agosto de 2021

ROGÉRIO BORGES FREITAS
Primeiro Subdefensor Público Geral

SOLUMINAR SERVICE EIRELLI
Rep. Legal: Fabiano de Sousa Neto

Testemunhas:

01: _____
CPF: _____

02: _____
CPF: _____